

1

Introdução

Tornou-se lugar comum dizer que é impossível falar de arte, ainda hoje, sem levar em consideração as palavras de Kant. No que diz respeito a esta dissertação, a volta ao texto kantiano surgiu da necessidade sentida, em relação a leitura de *O Sistema do idealismo transcendental*, de Schelling, obra de 1800, que surgiu pouco depois da publicação da primeira edição da terceira *Crítica*, que data de 1790. Naquela leitura, ficou evidente a importância de Kant para o debate estético, primeiro porque Schelling pensava estar dando um acabamento à filosofia kantiana – haja vista o título de sua obra – e, sobretudo, depois, ao colocar a arte numa posição muito privilegiada dentro do seu sistema, como organon de toda a filosofia, radicalizando de vez a proposta kantiana. Não é nosso objetivo aqui tratar disso, mas creio ser importante realçar somente um dos aspectos que nos faz voltar ao texto de Kant: a resposta do idealismo alemão à clássica divisão kantiana entre o mundo da necessidade – filosofia teórica – e o mundo da liberdade – filosofia prática, entre tantas outras dicotomias propostas por Kant.

Para perceber a dimensão dessa questão, foi necessário começar pela *Crítica da razão pura*, onde observamos a formulação e o sentido que foram dados às ‘idéias da razão’, com a certeza de que, sem a compreensão clara do significado que Kant oferece ao termo ‘idéia’, ficaria inviável chegar à terceira *Crítica* e analisarmos de que modo a beleza pode revelar o que Kant designa por “idéia estética. Na própria *Crítica da razão pura* Kant justifica o uso que faz da palavra ‘idéia’, posto que em filosofia lida-se com conceitos, expressos em palavras, razão pela qual é sempre necessário analisar o que está neles contido.

Com o objetivo de esclarecer os principais conceitos usados na dissertação, no *primeiro* capítulo, trataremos do que Kant entende por “idealismo transcendental”, da sua proposta ao usar esse conceito, da divisão das faculdades humanas e da natureza das faculdades como formas *a priori*, que constituem os elementos do conhecimento. Neste momento, observaremos a diferença entre a faculdade do entendimento e a faculdade da razão e, então, iremos compreender por que as idéias são chamadas de “idéias da razão”. O *primeiro* capítulo, em suma, indicará a maneira própria de falar dessas idéias, já que, como veremos, elas não constituem conhecimento algum, mas sua validade está no fato de elas poderem ser tomadas como tendo uma função meramente heurística,

reguladora e orientadora da atividade da razão e da relação desta como o entendimento. Nesse capítulo, procuraremos não só esclarecer os principais conceitos, mas também deixar claro o caminho percorrido por Kant para chegar às idéias da razão. Relativamente aos elementos do conhecimento, procuraremos sublinhar o papel do juízo determinante, cognitivo, pois isso nos possibilitará entender melhor, no capítulo seguinte, o juízo reflexionante, que irá desempenhar um papel fundamental na *Crítica da faculdade do juízo*.

No *segundo* capítulo nos concentraremos no esclarecimento da proposta kantiana sobre o belo, tentando fazer desse capítulo um termo médio para alcançarmos, em seguida, o nosso objetivo principal. Isso nos obrigará a analisar, também, o *princípio de finalidade*, princípio este que perpassa toda a *Crítica da faculdade do juízo*. Só levando em conta este princípio podemos entender o que está em jogo no ajuizamento do belo. Como veremos, o belo está conectado ao sentimento de prazer e desprazer. Então, nada mais necessário do que analisarmos o importante papel que esse sentimento desempenha nas questões estéticas e, em especial, nas questões relativas à arte bela. Teremos que examinar cuidadosamente este sentimento e, por isso, iremos diferenciá-lo de outras formas de prazer e desprazer. Analisaremos a possibilidade de entender a universalidade que juízo do belo reivindica. Esta não pode dizer respeito a objetos, como acontece na primeira *Crítica*, mas apenas ao sujeito. Observaremos aí que, mesmo sem um conceito determinante de belo, nós podemos exigir uma universalidade para a beleza. Este capítulo, ao dar ênfase ao elemento estético, possibilita tratarmos com maior clareza das idéias estéticas, no terceiro capítulo. Ainda no segundo, procuraremos deixar claro em que consiste a proposta de relacionar o sentimento de prazer com o belo e, a partir disso, compreender a necessidade de um juízo não mais determinante, mas como dissemos, reflexionante.

No terceiro e último capítulo trataremos, finalmente, da origem das idéias estéticas, e de sua conexão com as idéias da razão e com o sentimento de prazer. Com isso ficará mais claro por que tivemos que ingressar primeiro na *Crítica da razão pura*, para dar mais sentido ao que Kant diz na *Crítica da faculdade do juízo* sobre as idéias estéticas. Antes, cuidaremos da oposição entre os produtos gerados pela natureza – belo natural, portanto – e os produtos gerados pelo homem. Veremos em que consiste o termo ‘arte’ e, em seguida, a bela arte. Isso nos fará entender como a bela arte, que

contém idéias estéticas, só pode ser produzida através da atividade genial, uma produção muito própria que não está fundada em nenhuma regra. Com isso, no último capítulo pretendemos deixar claro o uso do juízo reflexionante estético. Esperamos assim não só chamar a atenção para o lugar da arte no pensamento de Kant, mas entender a leitura que Schelling fez de Kant que permitiu pensar a arte como o elemento que pode reconciliar a natureza com a liberdade.